



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 1º de Outubro de 2019

MEC desbloqueia R\$ 2 bilhões

PAULA FERREIRA,
RAPHAEL KAPA E RENATA
MARIZ sociedade@oglobo.com.br
RIO E BRASÍLIA

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou ontem, em Brasília, o descontingenciamento de R\$ 1,990 bilhão do orçamento do Ministério da Educação (MEC). A pasta havia sido amais afetada na Esplanada pelos bloqueios de verba e estava com R\$ 5,8 bilhões contingenciados.

Segundo Weintraub, as universidades e institutos federais de educação superior receberão a maior parte desses recursos liberados. Com isso, a verba discricionária bloqueada dessas instituições cairá de 30% para 15%. O ministro disse ainda que os R\$ 3,8 bilhões que ainda estão contingenciados poderão ser liberados até o fim do ano.

—Estamos descontingenciando um abo apar todos recursos que foram contingenciados. De quase R\$ 2 bilhões, 58% vão para universidades e institutos federais. O restante vai para a regularização do programa do livro didático — afirmou o ministro em coletiva no MEC. —Está tudo dentro da normalidade, acrise está sendo deixada para trás com uma gestão eficiente. Apesar do que foi alardeado aos quatro ventos, não foi corte, foi contingenciamento.

Durante a coletiva, o ministro

indicou que a chance de descontingenciamento de novos recursos será maior caso a reforma da Previdência seja aprovada. Segundo ele, se a medida passar, a economia será aquecida, e haverá chances de um desbloqueio maior.

Ele culpou os governos anteriores pela crise econômica que levou à contenção de recursos da atual gestão.

— Caminhamos para descontingenciar quase a totalidade do que foi contingenciado — disse.

Segundo o ministro, dos recursos descontingenciados, R\$ 1,156 bilhão irá para universidades e institutos; R\$ 105 milhões irão para realizar exames da educação tocados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); R\$ 270 milhões, para o pagamento de bolsas da Capes; e R\$ 290 milhões, para o Programa Nacional do Livro Didático.

Os recursos destinados à Capes serão usados para honrar as bolsas atuais, sem previsão de abertura de novos incentivos.

Quando anunciou o contingenciamento, em abril, Weintraub não fez como ade ontem — na época, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”, disse que estava cortando verba de instituições que faziam “balbúrdia”.

As declarações repercutiram mal, transformando o bloqueio no setor, que tem sido praxe nos últimos anos, em uma crise que levou manifestantes às ruas e o próprio

ministro a se explicar no Congresso.

Weintraub afirmou que os desbloqueios são resultado de uma política responsável, feita na “boca do caixa”. O objetivo, segundo ele, é alocar os recursos da educação para os que mais precisam, sem aumento de impostos.

O ministro disse que “não adianta pedir mais dinheiro, que não vai levar”, em uma referência aos reitores de universidades federais. E colocou o Future-se, projeto de captação de verbas privadas que o governo enviará ao Congresso, como solução.

—Universidades que querem mais recursos, vocês vão ter que aderir ao Future-se — afirmou Weintraub, ressaltando que não vai haver punição a quem não aderir à iniciativa.

A verba descontingenciada não engloba o dinheiro do fundo da Lava-Jato que irá para a Educação (R\$ 1 bilhão). Esses recursos foram recuperados a partir de um acordo com a Petrobras e tiveram sua destinação definida recentemente; segundo Weintraub, será preciso aprovar um projeto no Congresso para usá-los.

ENTIDADES REAGEM

Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), João Carlos Salles, reitor da UFBA, afirmou que o descontingenciamento feito pelo MEC é importante, mas não satisfaz





as necessidades das universidades federais.

— O desbloqueio é importante, mas insuficiente. As universidades precisam da plena execução do que foi aprovado na lei orçamentária. As universidades estão fazendo redução de contratos, medidas de economia de eletricidade, de redução de bolsa sede apoio a eventos. A vida universitária está prejudicada — disse.

Salles criticou ainda a fala do ministro que condicionou a obtenção de mais recursos à adesão ao Futurese. Para ele, as universidades adotam programas de acordo com seus projetos de instituição e não por motivos meramente financeiros.

— O orçamento tem que estar a serviço da educação e não o contrário. As universidades vão continuar brigando por orçamento e existe responsabilidade do MEC em garantir o que está previsto na lei

orçamentária. A fala (do ministro) é inadequada — argumentou.

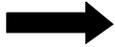
Em nota, o presidente da Capes, Anderson Correia, reagiu positivamente ao desbloqueio de verbas do governo e disse que a entidade ainda decidirá para onde vão os recursos.

“Vamos revisitar os programas e verificar o que pode ser flexibilizado até o final do ano”, afirmou.

O Inep também informou em nota que está seguindo os procedimentos orientados pelo MEC e que a liberação da verba será utilizada para exames aplicados ainda neste ano.

“Os recursos liberados ocorrem dentro do esperado e serão destinados ao complemento de despesas dos exames que serão aplicados neste segundo semestre, além de formulação de políticas educacionais e despesas administrativas do instituto”, afirmou o órgão.





NOVO DESBLOQUEIO NO MEC

Após segunda liberação, pasta ainda tem R\$ 3,8 bi contingenciados



O VAI E VEM DO ORÇAMENTO

30 DE ABRIL

Ministro da Educação, Abraham Weintraub, anuncia que fez cortes em três universidades federais (UFF, UnB, UFBA) por "balbúrdia". MEC diz que bloqueio foi de 30%.

11 DE MAIO

Em transmissão com Bolsonaro, Weintraub diz que bloqueio é de 3,5% do orçamento total das universidades.

15 DE MAIO

Primeira manifestação nacional contra o contingenciamento na Educação leva milhares de pessoas às ruas.

22 DE MAIO

Governo libera R\$ 1,6 bilhão para a Educação e congelamento da pasta cai para R\$ 5,8 bilhões.

30 DE MAIO

Segunda passeata contra o contingenciamento na Educação ocorre em diferentes estados.

JUNHO/JULHO

Reitores de universidades afirmam que, com a verba disponibilizada, universidades só funcionarão até setembro.

30 DE SETEMBRO

Weintraub anuncia desbloqueio de mais R\$ 1,99 bilhão na Educação.

Governo desbloqueia R\$ 1,15 bilhão de universidades e institutos federais

Paulo Saldaña
BRASÍLIA

O governo Jair Bolsonaro (PSL) informou nesta segunda (30) o destino de R\$ 1,99 bilhão em recursos no Ministério da Educação cujo desbloqueio foi anunciado há duas semanas. Restam congelados assim R\$ 3,8 bilhões do total retido neste ano pela pasta.

Do dinheiro desbloqueado, R\$ 1,156 bilhão (58%) vai para o orçamento das universidades e institutos federais. O restante será destinado para pagamento de bolsas de pesquisa vigentes, compra de material didático e avaliações de larga escala.

O MEC havia sofrido o congelamento, neste ano, de R\$ 5,8 bilhões de seu orçamento dentro da proposta de contingenciamento de verbas feita pela área econômica do governo. Agora, parte desses recursos começa a ser liberada.

Uma fatia de R\$ 926 milhões do

que resta congelado, contudo, deve ser transferida a outras pastas mediante a aprovação de um projeto de remanejamento de recursos pelo Congresso. Ou seja: neste caso específico, trata-se de corte de verbas e não de contingenciamento, já que o montante não terá como destino a educação.

O contingenciamento de recursos é prática recorrente realizada pelo governo federal em todos anos, em diferentes gestões. Em 2019, no entanto, Weintraub iniciou uma crise ao afirmar em entrevista que algumas universidades teriam cortes porque praticavam o que ele chamou de balbúrdia.

Após repercussão negativa, a pasta divulgou que o percentual de congelamento seria aplicado de forma isonômica a todas as instituições.

Os bloqueios e as críticas de Weintraub às universidades intensificaram a crise, e provocaram manifestações de estudantes e

professores em todo Brasil. Só as universidades tiveram 30% dos recursos discricionários (que não contam salários) bloqueados e, mesmo com a restituição recém anunciada, continuarão com 18% retidos.

Já institutos federais tiveram um terço de seus recursos discricionários contingenciados, e seguirão com 17% retidos após esta liberação.

De acordo com Weintraub, a recomposição será distribuída de forma igual para as instituições.

"Não foi corte, foi contingenciamento, por isso estamos descontingenciando, como anunciamos desde o primeiro momento", disse Weintraub em entrevista coletiva nesta segunda-feira (30) em Brasília. "Tudo foi feito para não ter interrupção dos serviços".

O congelamento, entretanto, afetou o funcionamento das universidades federais, com efeitos





como a suspensão de serviços de limpeza e de aulas noturnas por falta de vigilância.

Conforme o anunciado nesta segunda, a ação de compra de livros didáticos terá R\$ 290 milhões desbloqueados. Da dotação inicial de R\$ 1,9 bilhão para a produção, aquisição e distribuição de livros, o governo havia congelado R\$ 492 milhões—o MEC pagou até agora R\$ 127,4 milhões nessa ação, segundo dados do Siop (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento).

Outros R\$ 270 milhões serão direcionados para a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) arcar com as bolsas vigentes—portanto, sem recursos para novos projetos de pesquisadores—, reduzindo a fatia retida para R\$ 549 milhões.

Nos últimos meses, o governo cortara 8.629 bolsas de pesquisa financiada pela Capes, o equivalente a 9% do total disponível no início do ano.

Por sua vez, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) receberá R\$ 105 milhões do que foi congelado. O órgão é responsável por avaliações de larga escala, como o Enem e o Saeb (Sistema de Avaliação da

Educação Básica), e tinha tido um bloqueio de R\$ 118 bilhões.

O ministro declarou ainda nesta segunda que o governo estuda a possibilidade de desbloquear todos os valores congelados até o fim do ano, mas ressaltou que isso depende do comportamento da arrecadação de impostos—logo, do crescimento da economia. No segundo trimestre, na comparação com o trimestre anterior, o PIB do Brasil cresceu 0,4%.

"A probabilidade é muito maior do que há seis meses. Acho que a gente caminha para descontingenciar tudo que foi contingenciado", disse Weintraub.

O ministro afirmou ainda que, para ter expansão de recursos, as universidades federais precisarão aderir ao projeto de financiamento do governo, chamado de Future-se.

"Universidades que querem mais recursos vão ter que aderir ao Future-se. Não vai ter punição, mas se quiser mais recursos vão ter que sair e bater na porta da iniciativa privada."

O Future-se prevê iniciativas de fomento ao financiamento privado nas federais. O governo prepara um projeto de lei para encaminhar ao Congresso.



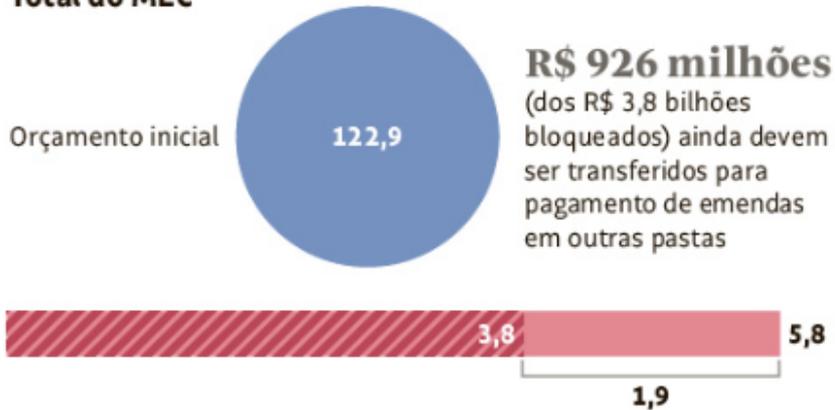


MEC faz desbloqueio de verbas para educação

Em R\$ bilhões*

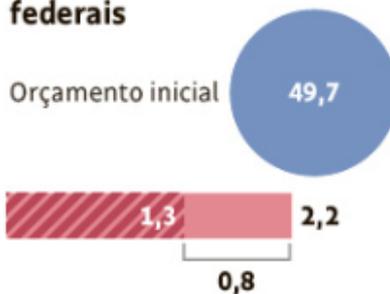
■ Bloqueio inicial ▨ Continua bloqueado □ Desbloqueio set.2019

Total do MEC



58% do desbloqueio é direcionado a universidades e institutos federais

Universidades federais



Capes

Bolsas de pesquisa



Institutos federais



Compra de livros



*Valores arredondados

Fontes: MEC e Siop (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Gestora da TV Escola pagou quadros a marceneiro de ex-diretor

BRASÍLIA Uma sindicância realizada pela Associação Roquette Pinto concluiu que um conjunto de 71 quadros comprados pela instituição no fim da gestão passada teve valores acima do praticado pelo mercado.

Os quadros pertenciam a um ex-diretor da associação, que autorizou a compra — o valor de R\$ 355 mil foi pago a um marceneiro amigo dele.

O Conselho de Administração da organização avalia se vai encaminhar o resultado da investigação ao Ministério Público.

A associação é responsável pela TV Escola, canal oficial do MEC (Ministério da Educação), e pela TV Ines, canal na web voltado a surdos, além de realizar ações para o MEC, com dinheiro público.

A compra de quadros do

acervo do ex-diretor Luiz Dolino foi revelada pela Folha em março e envolve a gestão que atuou durante o governo Michel Temer (MDB).

O acervo, que inclui obras de Volpi, Iberê Camargo e do próprio Dolino, que também é artista, foi levado para a associação em 2015, quando a nova sede da entidade fora inaugurada no bairro de Botafogo, no Rio.

Nessa época, Dolino dirigia a associação e os quadros ficaram na sede em acordo de comodato, com custos de seguro para a Roquette Pinto. Mas, em dezembro de 2018, quando Dolino era o diretor-adjunto, a associação comprou o acervo de quadros — cada obra foi adquirida por R\$ 5.000.

A sindicância, iniciada após a publicação da reportagem

da Folha, encomendou a leiloeiros três avaliações independentes dos quadros. Todo o acervo valeria, de acordo com essas projeções, entre R\$ 60 mil e R\$ 140 mil, valor inferior aos R\$ 355 mil pagos.

O valor foi transferido no dia 17 de dezembro de 2018 a Marcos Roberto Furtado Costa, um marceneiro que vive em Petrópolis (RJ) e é amigo e fornecedor de Dolino. A Folha apurou que Costa prestava serviços a Dolino na cidade, onde o ex-diretor mantém seu ateliê.

À sindicância, Dolino argumentou que havia transferido a posse do acervo a Costa como pagamento de uma dívida. A reportagem procurou Dolino, mas não obteve resposta.

O valor do acervo representou 10% de todas as com-





pras da instituição em 2018, que incluem equipamentos de tecnologia. Não há registros desde 2010 de que a entidade tenha comprado telas e gravuras.

A Roquette Pinto é uma organização social financiada por meio de um contrato de gestão com o MEC. No ano passado, recebeu R\$ 73 milhões do ministério.

O modelo de gestão é similar ao que o governo Bolsonaro planeja para as universidades federais por meio do projeto Future-se. A prestação de contas da instituição é realizada anualmente por meio de relatórios.

No caso da compra de quadros, só havia no documento a relação de obras adquiridas. Nenhum detalhe foi divulgado sobre o motivo de uma organização que gere uma TV públi-

ca gastar R\$ 355 mil em arte.

A lista de funcionários e salários também não fica disponível na internet, como ocorre com o setor público no geral.

Segundo a associação, o processo de compra tem as assinaturas dos diretores da gestão anterior Isabella Gonçalves, Caio Leboutte e Dolino. Isabella (ex-diretora de Administração e Finanças) disse que não conheceu o resultado final da sindicância e, por isso, não iria se pronunciar. A reportagem não conseguiu contato com Leboutte (antigo diretor de Tecnologia, Operações e Inovação).

Os quadros estavam até o início deste ano espalhados entre o térreo e o 4º andar da sede da Roquette Pinto. Atualmente as obras estão guardadas, mas ainda no prédio.

O jornalista Fernando Ve-

loso comandava a associação até fevereiro, mesmo mês em que Dolino foi desligado. A sindicância não cita Veloso —o jornalista disse que não foi ouvido no processo e que não poderia se pronunciar.

Veloso chegou ao cargo na gestão do ex-ministro da Educação Mendonça Filho (DEM). Em março, Mendonça informou à *Folha* que não o indicou para o cargo e que o diretor fora eleito pelo Conselho de Administração da associação.

A Roquette Pinto informou que a nova gestão, liderada por Francisco Câmpora, contratou uma empresa de auditoria neste ano e implementou um programa de governança, além de instituir um código de ética. Também foram criadas, segundo a associação, uma ouvidoria externa e interna. **Paulo Saldaña**

Verba de R\$ 7,9 bi para universidades em 2020 depende de aval do Congresso

Lígia Formenti / BRASÍLIA

Quando chegou há dois anos em João Pessoa para fazer faculdade, o pernambucano Luiz Henrique Pessoa, de 21 anos, levava uma pequena mala e o dinheiro que recebeu de aulas particulares. “Se o processo de concessão de bolsas fosse demorado, teria de trancar a matrícula e voltar ao Recife. Confiei que daria certo, e deu”, diz o aluno de Medicina da Universidade Federal da Paraíba. Com o atual cenário de verbas restritas nas instituições, ele se esforça para manter o otimismo.

O receio de Luiz, assim como de milhares de alunos nas federais, é que faltem recursos para a assistência estudantil no próximo ano. A proposta do governo para o orçamento das universidades em 2020 inclui recursos que não estão em caixa. Diferentemente de outros anos, o montante previsto para as instituições só vai se materializar caso o governo receba aval do Congresso para “quebrar” a norma batizada de regra de ouro (leia mais nesta pág.).

O mecanismo, criado para garantir a saúde das contas públicas, impede a contratação por parte do Executivo de empréstimos para pagar despesas correntes, como



Assistência: Luiz Henrique Pessoa, que cursa Medicina na Federal da Paraíba, depende de bolsa de permanência estudantil para continuar estudando

salários e contas de luz. É o primeiro ano em que o orçamento das universidades, de R\$ 54 bilhões, mostra uma cifra que ainda não existe. Essa fatia corresponde a R\$ 7,9 bilhões, 15% da proposta orçamentária para 2020.

Cenário. Reitores também estão preocupados. Presidente da Comissão de Orçamento da Associação Nacional dos Dirigentes de Institutos Federais de Ensino Superior (Andifes), Sérgio Cerqueira diz que aproximadamente 40% do orçamento discricionário das universidades, como são chamadas as despesas não obrigatórias, depende dessa segunda aprovação no Legislativo.

Nesse grupo, estão incluídas as

despesas com serviços terceirizados, como segurança e limpeza, e também os programas de assistência estudantil. Os percentuais variam conforme a universidade. Pelas contas da Andifes, com o orçamento “tradicional”, que não está condicionado a uma segunda votação de parlamentares, seria possível financiar as contas somente até setembro.

“O fato é que não estamos seguros com relação aos recursos que vão chegar”, constata Cerqueira.

Embora R\$ 7,9 bilhões da proposta do orçamento de 2020 dependam de uma segunda rodada de negociações com parlamentares para a quebra da regra de ouro, o Ministério da Educação (MEC) considera que o recurso está





garantido. Oficialmente, a pasta diz que no projeto para 2020 o orçamento das universidades terá aumento de R\$ 5,2 bilhões, se comparado ao de 2019.

Mas para a maior parte dos reitores, o que vale é o que está no orçamento “real”. Por esse critério, o projeto de lei de orçamento de 2020 é R\$ 2,8 bilhões menor do que o de 2019. A verba curta se soma ao problema que ocorre todos os anos – o contingenciamento (bloqueio).

“As dificuldades vão se somando e a situação, agravandose ano a ano”, diz Cerqueira, reitor da Universidade Federal de São João Del Rei (MG). Para ele, não há dúvida de que isso acaba afetando a qualidade de ensino.

Em tramitação. O MEC afirmou, em nota, que o Projeto de Lei Orçamentária para 2020 ainda está em tramitação no Congresso e, por isso, está sujeito a alterações por emendas de parlamentares. A pasta trabalha com valores totais da proposta apresentada ao Legislativo, incluindo valores descritos no orçamento “tradicional” e a proposta sob “supervisão” dos parlamentares – a fatia do orçamento que só poderá ser liberada caso haja autorização para a emissão de dívida.

Assim, para o MEC não há queda da verba para assistência. Na proposta de lei orçamentária, o orçamento para a assistência estudantil é de R\$ 1,07 bilhão, mesmo valor de 2019.

PARA ENTENDER

Dívida para bancar gastos

A regra de ouro proíbe o Executivo de se endividar para pagar despesas correntes – os gastos da administração pública para manter seus serviços funcionando. O aumento da dívida para fazer os pagamentos é permitido só com aval da maioria absoluta do Congresso.

Quando autorizado, o governo emite títulos da dívida pública e vende para investidores. É como se o investidor emprestasse dinheiro ao País.

Se o Legislativo não aprovar, há dois cenários possíveis. O primeiro é o presidente descumprir a regra, o que o levaria a ser acusado de crime de responsabilidade e ficar passível de impeachment. O segundo é o da suspensão de pagamentos das despesas correntes.

A inclusão no orçamento de parte da verba condicionada à liberação da regra de ouro foi adotada na proposta orçamentária federal deste ano, diz Daniel Couri, do Instituto Fiscal Independente. Foram R\$ 248,9 bilhões no total. Os recursos foram aprovados pelo Congresso e incorporados ao orçamento de 2019. Para o ano que vem, a quantia condicionada será de R\$ 367 bilhões.

MEC anuncia desbloqueio de R\$ 1,15 bi para este ano

Valor destinado às universidades federais corresponde à metade do que havia sido contingenciado

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o descontingenciamento de R\$ 1,156 bilhão para as universidades federais. Isso corresponde à metade do que havia sido contingenciado no orçamento deste ano para as unidades. Os recursos serão distribuídos proporcionalmente, de acordo com o bloqueio em cada universidade.

A verba, segundo o ministro Abraham Weintraub, chega aos cofres das instituições ainda hoje. As universidades têm ainda 15% da verba discricionária – usada, por exemplo, para pagamento de empresas de segurança, alimentação ou gastos com energia – bloqueada. Weintraub disse esperar que uma nova parcela da verba contingenciada seja liberada em outubro, mas não garantiu que isso ocorrerá com o total dos recursos.

Weintraub condicionou a liberação do total bloqueado ao desempenho da economia e à retomada do crescimento. “A probabilidade hoje é muito maior do que seis meses atrás”, disse, para



Verba. 'vão ter de aderir ao Future-se', disse Weintraub

mais tarde completar: “A gente caminha para descontingenciar quase a totalidade do que foi contingenciado”.

As verbas anunciadas para as universidades fazem parte de um total de R\$ 1,99 bilhão do orçamento do MEC que estava bloqueado e que foi liberado. Além das universidades e institutos federais, serão desbloqueados R\$ 270 milhões para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), R\$ 105 milhões para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e R\$ 290 milhões para o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD).

Os recursos liberados da Capes serão usados para pagamentos de bolsas que já estão em andamento. Não há perspectivas da retomada de bolsas cortadas pela coordenação. No caso do PNLD, o

descontingenciamento anunciado ontem libera todos os recursos que haviam sido inicialmente previstos para o setor.

O MEC teve contingenciado o equivalente a R\$ 5,8 bilhões em abril. Há ainda outros R\$ 3,8 bilhões que continuam bloqueados. A fatia destinada para

universidades corresponde a 58% do total liberado. “Tudo isso foi feito administrando a boca do caixa”, disse. O ministro considera que, com a liberação realizada agora, o bloqueio que permanece nas universidades representa uma pequena parte, se considerado o orçamento total.

Ao anunciar o desbloqueio, Weintraub voltou a falar sobre o Future-se, programa que prevê nova política para aporte de recursos. Como mostrou o Estado na semana passada, as universidades não estão dispostas a aderir ao programa. “Vocês vão ter de aderir ao Future-se”, disse. Segundo ele, o orçamento de 2020 já deu mostras de que não haverá recursos extras para as instituições. Quem quiser mais verba terá de “bater na porta da iniciativa privada”, segundo o ministro.

Contas. Em nota, o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes





de Institutos Federais de Ensino Superior (Andifes), João Carlos Salles, afirmou que os recursos desbloqueados pelo MEC garantem o pagamento das contas de setembro e outubro. Segundo ele, a verba liberada deverá ser usada nas despesas de funcionamento das universidades. A Andifes pretende identificar qual a fatia destinada para as universidades e qual irá para os institutos.

Embora tenha comemorado a liberação de recursos, Salles avaliou que a parcela desbloqueada não será suficiente para custear o funcionamento das universidades até o fim do ano. O presidente da Andifes, que também é reitor da Universidade Federal da Bahia, afirmou que as federais precisam da liberação de 100% do orçamento previsto para o ano. E, em alguns casos, de suplementação, uma vez que há dívidas de anos anteriores.

Salles reagiu ainda diante da afirmação de Weintraub de que as universidades deveriam justificar a necessidade do recebimento de recursos extras. Em resposta, o presidente da Andifes afirmou que os investimentos dos impostos retornam para a sociedade, por meio de profissionais capacitados, pesquisas ou serviços públicos.

Depois de cortar R\$ 5,6 bi, MEC libera R\$ 1,9 bilhão

Seis meses após ter divulgado um contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões, o Ministério da Educação anunciou ontem o desbloqueio de R\$ 1,9 bilhão. Entre as áreas que receberão o dinheiro liberado, o ensino superior será a mais beneficiada. As universidades e os institutos federais receberão 58% do valor total, o que representa R\$ 1,156 bilhão. O restante será destinado para a educação básica, concessão de bolsas de pós-graduação e para a realização de exames educacionais.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por exemplo, receberá R\$ 270 milhões para manutenção e execução de bolsas de estudos em vigência. Já o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) receberá R\$ 105 milhões para a aplicação de exames e formulação de políticas educacionais. O Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD) também será beneficiado. De acordo com o MEC, R\$ 290 milhões vão garantir a compra e a distribuição de livros didáticos para 2020.

Na coletiva em que anunciou o desbloqueio de recursos, o ministro da Educação, Abraham Weintraub,



Na coletiva: "dinheiro não veio do Fundo da Petrobras, que vai destinar R\$ 1,6 bi para a educação", esclareceu

voltou a sustentar o discurso de que não houve corte, mas contingenciamento. "Tudo isso foi feito para evitar uma interrupção dos serviços. Fomos administrando na boca do caixa o que podia ser postergado sem prejudicar a população. Não foi um ano fácil, foi um ano difícil que a gente herdou. Estamos colocando a casa em ordem", disse.

Segundo o ministro, os recursos liberados pelo Ministério da Economia são frutos da recuperação econômica, da geração de empregos e da boa gestão. "Agora estamos descontingenciando e a vida segue. Não teve universidade parando, não teve falta de luz, não teve falta de comida no bandeirão, não teve hospital universitário fechando leitos.", completou.

Em abril, 30% das verbas discricionárias das universidades e institutos federais foram bloqueados. Segundo o ministro, 15% das verbas

para despesas discricionárias das universidades ainda continuarão bloqueadas. A Universidade de Brasília (UnB), que foi afetada pelo bloqueio de verbas, por exemplo, recebeu R\$ 21,9 milhões com o descontingenciamento.

A UnB confirmou o recebimento de recursos e disse que o valor liberado corresponde a 45,6% do total bloqueado desde abril. Ou seja, ainda restam R\$ 26,2 milhões contingenciados. Em nota, a universidade declarou que somente o desbloqueio total do valor bloqueado em abril "possibilitará que a instituição execute plenamente suas atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão)".

Weintraub ainda disse que espera desbloquear mais recursos em outubro. Dos R\$ 5,8 bilhões que foram contingenciados na pasta, no início do ano, R\$ 3,8 bilhões ainda continuam congelados. Ao ser questionado se esse valor será descontingenciado por completo até o fim do ano, o ministro respondeu que acredita na recuperação de quase todo o valor que foi contingenciado. "Acredito que, passando a reforma da Previdência pelo Congresso, a economia vai recuperar, vai gerar emprego, vai voltar o investimento. Tudo isso vai desencadear um aumento de





arrecadação e isso permitirá descontingenciar os recursos”, disse.

Na coletiva, Weintraub salientou que o recurso desbloqueado não veio do Fundo da Petrobras. Um acordo para a utilização do fundo da estatal, validado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em setembro, destinará R\$ 1,6 bilhão para ações educacionais. De acordo com o ministro, esse dinheiro será para educação fundamental, creches e escolas. Weintraub afirmou ainda que, para chegar ao Ministério da Educação, o recurso depende de um projeto de lei que ainda vai passar pelo Congresso Nacional.

Educação lidera investimentos

O GDF divulgou também o relatório das execuções orçamentárias de janeiro a agosto deste ano. Os dados mostram que a educação lidera as despesas liquidadas e consolidadas (R\$ 13,4 bilhões) até agora. 23,43% do total destinados foram ao setor. O ensino é seguido pela saúde, uma das áreas mais sensíveis da capital, que é responsável por 17,28%. Logo depois, vêm os gastos com previdência social (12,50%). A segurança não aparece com destaque porque os valores do Fundo Constitucional — que banca salários e investimentos na área — não entram nessa conta.

Redação: para aprender e fixar

Em parceria com o Correio, escola particular promove oficina gratuita voltada ao Exame Nacional do Ensino Médio. Próxima edição será em 21 de outubro. Evento é aberto ao público em geral

CAROLINE CINTRA

A redação é um dos grandes desafios na hora de uma prova. Para os estudantes do terceiro ano, o peso é ainda maior, principalmente com a aproximação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que será aplicado em 3 e 10 de novembro. Para aperfeiçoar a escrita, o Centro Educacional Sigma, em parceria com o Correio, promoveu a primeira Oficina Redação Nota 1000 de 2019, ministrada pela professora de português e editora de Opinião do Correio, Dad Squarisi. No auditório da escola, na 912 Sul, ela bateu um longo papo com os inscritos do certame e apresentou dicas para um bom texto.

Este é o terceiro ano consecutivo da oficina, que virou tradição entre os estudantes de Brasília. Ao todo, são duas horas e meia de aula, com atividades. Dad propõe exercícios e os corrige em voz alta para toda a turma. O intuito é sanar as principais dúvidas dos participantes. A conversa descontraída conta com material multimídia e distribuição de brindes. Além dos estudantes da



Estudantes lotaram o auditório: esforços para aperfeiçoar a escrita

instituição, o encontro é aberto para o público em geral. E o próximo tem data marcada: 21 de outubro no Sigma da 910 Norte. As vagas são limitadas.

“A oficina é divertida, variada e possibilita a escrita, o passo a passo da redação. É um momento em que eles podem exercitar. O ideal seria ter mais tempo, mas, no período que temos, conseguimos trabalhar bastante conteúdo. Achei os participantes de hoje (ontem) bastante interessados e preparados”, disse Dad Squarisi. Para ela, as pessoas, em geral, precisam ter mais confiança na própria escrita. “Elas não acreditam que sabem escrever, mas sabem. É tão fácil quanto andar.

O primeiro mandamento para uma pessoa se sair bem na redação é acreditar que sabe escrever. O segundo é treinar, treinar e treinar.”

A diretora do Centro Educacional Sigma da Asa Sul e coordenadora de redação, Carolina Darolt, ressaltou que a redação é uma parte importante do Enem e merece ser trabalhada com cuidado, por isso, o corpo docente da escola decidiu separar os dois momentos para aperfeiçoar o texto dos alunos. “A aula com a Dad é muito legal. E ela reforçou um aspecto importante: só se aprende escrevendo. Nós temos incentivado nossos alunos a buscarem mais por conhecimentos gerais. Quanto mais informação,





melhor para a argumentação”, destacou.

Bem preparados

O estudante do terceiro ano Diogo Machado, 17 anos, revelou que tem dificuldade com redação, mas que, após a Oficina de Redação Nota 1000, se sente mais preparado. “A forma dela de explicar é mais devagar, mais calma. Achei mais fácil de entender. Eu sempre fui mediano na matéria. Agora, no terceiro ano, estou vendo a importância e o quanto preciso afinar a forma de fazer o meu texto.”

Sonhando em ingressar na Universidade de Brasília (UnB), a estudante Ana Júlia Lobato, 17, também participou do encontro. Agora, ela se sente mais confiante em fazer o Enem. “Eu consigo fazer uma redação, mas nunca tirei um 10. A Dad deu vários exemplos, analisou nossos textos. Eu gostei de quando ela falou que a gente precisa ter humildade para recomeçar sempre que for preciso. Estou mais segura”, afirmou.

Assim que soube da oficina gratuita, a pedagoga Ana Paula Rabelo, 42, se inscreveu. Ela não vai fazer o Enem, mas, como sempre, se prepara para provas de concurso, quis aproveitar. “Nos textos, eu sempre quero expressar muita coisa e acabo me atrapalhando com as palavras. Achei interessante quando

ela falou sobre ler e reler e sobre a repetição de palavras”, contou.

Para as estudantes Juliana Rabelo, 23, e Laís Lorena Oliveira, 17, o fato de o curso ser gratuito oferece oportunidades para quem não pode pagar. “Geralmente são aulas caras. Quando eu soube, quis participar na hora. Faço provas de concurso e tudo que aprendi vai me ajudar bastante. Ouvi muita coisa que não conhecia”, relatou Juliana.

Datas do Enem

3 de novembro - Provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, ciências humanas e suas tecnologias e redação

10 de novembro - Ciências da natureza e suas tecnologias e matemática e suas tecnologias

Oficina de Redação Nota 1000

21 de outubro

» Auditório do Centro Educacional Sigma, 910 Norte

» 14h30

» Inscrições: a partir de hoje no site do Correio

» Vagas: limitadas

» Duração: 2 horas e meia

» Aberto ao público

» Entrada gratuita

Professores de matemática recomendam treino sem calculadora

Jairo Macedo
Especial para o Correio



Após participar da oficina, o estudante do terceiro ano Diogo Machado se sente mais preparado para a avaliação

A live semanal do Especial Enem do Correio, ontem, teve dois professores de matemática do Sigma, Paulo Luiz e Gabriel Carvalho, para falar sobre a disciplina no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Entre outros assuntos, eles ressaltaram a importância do treino sem calculadora, dispositivo proibido no exame, e da Teoria de Resposta ao Item (TRI), método pelo qual a nota final é calculada.

Carvalho conta que é comum ouvir dos alunos: “Professor, quantas

questões tenho que acertar para passar em medicina?”. No Enem, não vale saber apenas quantos itens foram assinalados corretamente, mas quais foram. Coerência de respostas é fundamental. “Se você erra muitos itens fáceis ou médios, a TRI entende que aquela questão não está no seu nível. Sendo assim, não vai valer tanto quanto valerá para aquele aluno que acertou mais fáceis e médias”, diz Paulo Luiz.

“Quanto menor o percentual de acerto, maior o nível. É a partir dessa dificuldade que é avaliada e calculada”, acrescenta Paulo Luiz. Desse modo, a dica deles é manter sempre as fáceis em primeiro lugar e, só depois, partir para as mais complicadas.

Além disso, é fundamental treinar esse método sem o uso da calculadora. “Aqui em Brasília, em especial, temos um contraponto muito forte, que é o PAS [Programa de Avaliação Seriada, da Universidade de Brasília]. Nele, é permitido”, afirma Gabriel. Acostumado ao PAS, o secundarista acredita que pode fazer uso dela. “Se você faz com calculadora em casa, ganha tempo. Mas vai perder tempo na prova. Onde o tempo é mais valioso?”, questiona Paulo Luiz.



MEC destina maior parte de verba desbloqueada para universidades

Por Mariana Tokarnia -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O Ministério da Educação (MEC) destinará 58% dos recursos desbloqueados para recompor o orçamento das universidades e institutos federais, anunciou hoje (30), em Brasília, o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os recursos, segundo o MEC, cobrirão despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.



Abraham Weintraub:
"Estamos administrando uma situação crítica com qualidade técnica"

O anúncio do desbloqueio do orçamento foi feito no último dia 20 pelo Ministério da Economia. A liberação está prevista no decreto 10.028 publicado no Diário Oficial da União na última sexta-feira (27).

Ouça na Rádio Nacional:

Ao todo, o governo desbloqueou R\$ 8,3 bilhões do Orçamento deste ano. Entre os ministérios, o que teve maior liberação foi o da Educação, com R\$ 1,99 bilhão.

Do total desbloqueado no MEC, as universidades receberão R\$ 1,156 bilhão. Com isso, essas instituições, que tiveram, em média, 30% dos recursos discricionários bloqueados no início do ano, seguirão com 15% dessas verbas contingenciadas, segundo Weintraub.

No início do mês, outros R\$ 584 milhões foram

disponibilizados às instituições. Com a liberação, seguem bloqueados no MEC R\$ 3,8 bilhões.

“Tudo isso vem de recursos suados do pagador de imposto, de famílias que deixam de consumir para pagar”, disse o ministro da Educação. “Estamos administrando uma situação crítica com qualidade técnica”, explicou.

Demais recursos

Os demais recursos descontingenciados serão destinados à educação básica, concessão de bolsas de pós-graduação e realização de exames educacionais, de acordo com o MEC.

Para o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), serão destinados R\$ 290 milhões, o que, segundo o ministério, o que garante a continuidade do programa em 2020. Esse programa visa a compra e distribuição de livros didáticos para escolas públicas.





Outros R\$ 270 milhões serão voltados para o pagamento de bolsas de estudo vigentes concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) receberá R\$ 105 milhões para aplicação de exames e formulação de políticas educacionais.